

PROGRAMA DE GOVERNO DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE PARA ATIBAIA

2025 - 2028

Candidaturas a prefeito Lucas
Fries (PSOL) e a vice-prefeita
Lais Dionisio (PSOL)



REDE
SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA DE GOVERNO DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE PARA ATIBAIA (2025-2028)

Candidaturas a prefeito Lucas Fries (PSOL) e a vice-prefeita Lais Dionisio (PSOL)

Apresentação

O programa de governo da campanha da Federação PSOL-REDE é construído sobre pilares sólidos de participação popular e desenvolvimento econômico sustentável, refletindo um compromisso profundo com a democratização das decisões e a promoção da equidade social. A proposta centraliza a promoção da educação política e participativa, enfatizando a inclusão de segmentos vulneráveis da população, como trabalhadores e comunidades carentes. Com a implementação de programas de educação cívica nas escolas e a criação de conselhos participativos em diversos níveis, o objetivo é fomentar uma gestão colaborativa e transparente, onde a população tenha voz ativa e acesso a informações claras sobre as ações governamentais.

Além disso, o programa de governo propõe um robusto plano de investimento público e desenvolvimento econômico, focado na promoção da equidade e no fortalecimento das infraestruturas locais. Através de um orçamento participativo inclusivo, a proposta visa garantir que todas as regiões da cidade tenham acesso equitativo a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e moradia. O desenvolvimento local será impulsionado por investimentos direcionados a bairros carentes, incentivando a iniciativa privada a investir em áreas afastadas e promovendo a infraestrutura necessária para atrair negócios e gerar empregos. A inclusão social e econômica será fortalecida por políticas de seguridade social e programas de empreendedorismo, proporcionando acesso a créditos e capacitação profissional para comunidades vulneráveis.

Com um enfoque na transparência e sustentabilidade, o programa de governo da Federação PSOL-REDE se compromete a criar um ambiente de desenvolvimento econômico justo e equilibrado, onde todos trabalhadores e trabalhadoras possam se organizar e se desenvolver.

1. Participação Popular

O programa da Federação PSOL-REDE valoriza a participação popular como elemento central para a construção de uma gestão democrática e inclusiva. Propostas incluem educação política para aumentar a conscientização pública, criação de conselhos participativos e fiscalização popular, além de mecanismos de consulta direta como plebiscitos e referendos, promovendo uma governança transparente e acessível a todos.

Promoção da educação política e participativa

- Realizar educação política para aumentar o entendimento da população sobre políticas públicas, objetivando principalmente o desenvolvimento de trabalhadores e trabalhadoras.
- Implementar programas de educação sócio-política nas escolas para fomentar a conscientização política e garantir a expressão do exercício da democracia

Fortalecimento dos canais de participação direta

- Criar e ampliar conselhos participativos em diversos níveis (bairro, cidade, municipal) para facilitar o processo de decisão de trabalhadores e trabalhadoras com relação aos mais diversos tipos de assuntos.
- Estabelecer conselhos de fiscalização popular com eleições anuais para monitorar ações do governo.
- Implementar instâncias que proporcionem a experiência de democracia direta, que promovam a participação ativa da classe trabalhadora.

Descentralização e inclusão nas decisões

- Organizar rodas de conversa e plenárias temáticas para discussão setorizada de políticas públicas.
- Desenvolver plenárias de orçamento participativo para permitir que a população decida sobre alocação de recursos.
- Criar um Plano Municipal de Participação Popular que oriente a participação substantiva nos processos decisórios.

Transparência e acesso à informação

- Modernizar e tornar mais acessível o portal da transparência, promovendo a divulgação de dados abertos e procedimentos de gestão.

- Ampliar a divulgação de informações sobre compra, licitação e contratações, e realizar balanços periódicos do orçamento participativo.

Mecanismos de consulta popular

- Promover plebiscitos e referendos sobre grandes obras e investimentos públicos para fortalecer a democracia direta.
- Realizar consultas públicas online, assembleias e audiências públicas com divulgação antecipada dos temas e ampliada para todas as regiões, garantindo a participação de toda sociedade.

Comunicação eficaz e inclusiva

- Utilizar redes sociais e tecnologias para comunicação direta e ampla com a população.
- Investir em comunicação para levar à população as ações e intenções do governo, incentivando a participação ativa.

Criação e fortalecimento de estruturas locais

- Estabelecer a regionalização da administração pública por meio de conselhos deliberativos de bairros permanentes para aproximar o governo da população.
- Criar núcleos ou grupos por bairros com representantes eleitos para fomentar a participação comunitária.

Avaliação e melhoria contínua

- Avaliar periodicamente a eficácia dos instrumentos de participação popular para garantir sua efetividade e fazer ajustes conforme necessário.
- Propor uma reforma administrativa que incorpore a participação popular como um pilar fundamental da gestão pública, prevendo a criação da Secretaria Municipal de Participação Popular.

2. Investimento Público e Economia

Comprometendo-se com a promoção da equidade e o fortalecimento das infraestruturas locais, a Federação PSOL-REDE propõe um orçamento participativo inclusivo, que garanta acesso equitativo a serviços básicos. Investimentos serão direcionados para o desenvolvimento de áreas carentes, incentivando a iniciativa privada e promovendo políticas de seguridade social e empreendedorismo em comunidades vulneráveis.

Criação de programa de renda básica da cidadania

- Elaborar programa de transferência de renda integrado em nível local aos instrumentos de economia solidária, como Bancos Comunitários e o pagamento por meio de Moedas Sociais locais, que fazem com que mais atividade econômica ocorra no município, promovendo o desenvolvimento local.
- Implementar programa inspirado pelas características de uma Renda Básica de Cidadania, tais como a maior universalidade possível, incondicionalidade, valores igualitários por indivíduos, com regularidade e pagamento em dinheiro, a ser realizado numa primeira etapa por meio de complemento ao programa federal de transferência de renda Bolsa Família.

Moradia digna e adequada

- Lutar para garantir moradia adequada para todas e todos, que deve conter condições básicas para o desenvolvimento da vida, como segurança da posse, qualidade e habitabilidade; garantia de serviços, infraestrutura e os equipamentos públicos de qualidade; localização adequada com acesso a tudo que a cidade oferece; adequação cultural pautada na solidariedade e tolerância e a priorização de grupos vulneráveis, articulando a agenda da moradia com a pauta ambiental.
- Identificar, mapear e lutar pela destinação de terrenos e imóveis não utilizados, subutilizados, públicos e privados, que não estejam cumprindo a função social e vazios urbanos com potencial para produção de Habitação de Interesse Social em áreas infraestruturadas, criando banco de terras públicas e tornando transparente o conjunto de terras adequadas para habitação de interesse social.

Promoção da equidade através do orçamento participativo

- Implementar orçamento participativo abrangente e inclusivo, garantindo que todas as regiões da cidade tenham acesso equitativo a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e infraestrutura.

Desenvolvimento local e infraestrutura

- Direcionar investimentos para bairros periféricos, priorizando a construção de espaços culturais, melhorias em saúde, educação e moradia.
- Estimular a iniciativa privada a investir em áreas afastadas, promovendo a infraestrutura e atração de negócios como centros comerciais e culturais.

Inclusão social e econômica

- Promover a capacitação profissional através de cursos gratuitos e geração de empregos em comunidades periféricas, com fácil acesso a crédito e oportunidades, fomentando a organização de cooperativas, estimulando a economia solidária.

Transparência e acessibilidade

- Melhorar o portal da transparência, tornando-o mais acessível e menos burocrático, para que a população possa acompanhar e fiscalizar a alocação dos recursos públicos.

Desenvolvimento sustentável

- Criar políticas de incentivo à agricultura familiar e hortas comunitárias, visando a soberania e segurança alimentar.
- Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, com ênfase na economia solidária, criativa, e respeito ao meio ambiente.

Capacitação e inovação

- Criar uma escola municipal de programação e computação, incentivando a qualificação profissional e o acesso a novas tecnologias.
- Desenvolver uma empresa municipal de turismo para promover a gestão turística e capacitar a população local.

Políticas fiscais progressivas

- Aumentar a progressividade do IPTU, incentivando a ocupação de imóveis desocupados e redistribuindo recursos de forma mais justa.

Participação e planejamento comunitário

- Organizar plenárias nos bairros, em parceria com associações, ONGs, e conselhos comunitários, para garantir que as necessidades da população sejam ouvidas e atendidas.
- Criar dispositivos para consulta pública, monitoramento, e avaliação dos recursos, combatendo as desigualdades.

Desenvolvimento cultural e turístico

- Investir na cultura e turismo como motores de desenvolvimento econômico, promovendo a geração de empregos e o fortalecimento da economia local.

Planejamento urbano e crescimento organizado

- Adotar um planejamento urbano que considere o crescimento equilibrado, preservando áreas verdes e promovendo a regularização fundiária.

Inclusão de representantes das minorias nas decisões governamentais

- Assegurar a representação diversificada nas instâncias de decisão municipal, promovendo políticas inclusivas que abrangem as necessidades específicas das minorias e garantindo sua participação no processo de tomada de decisão.

Ampliação do debate e participação comunitária

- Fomentar a participação das comunidades periféricas em decisões políticas, adotando um modelo de consulta popular, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas em projetos e políticas públicas.

Apoio da câmara de vereadores a projetos sociais

- Obter suporte legislativo para projetos voltados à formação e desenvolvimento econômico das populações de periferia, incluindo a criação de oficinas, padarias comunitárias, e escolas de profissões, promovendo a economia solidária.

Fortalecimento dos serviços públicos e acesso à infraestrutura

- Melhorar o quadro de funcionários públicos, fortalecer a ouvidoria, e descentralizar o acesso aos serviços públicos para facilitar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras em todas as regiões da cidade.

Transparência e fiscalização do investimento público

- Garantir transparência total nos gastos públicos e investir em mecanismos de avaliação e monitoramento de políticas públicas, para que a população possa fiscalizar e se apropriar dos ganhos sociais.
- Dar efetivo poder de decisão às audiências públicas e conselhos municipais garantindo que tenham poder real de influência nas decisões políticas e de

investimento. regulamentando a forma de participação popular e a obrigação legal do gestor em responder e aderir ou justificar as ações questionadas ou sugeridas

Legislação e continuidade de políticas públicas

- Assegurar a criação e continuidade de programas sociais por meio de legislação específica que exija alocação anual de verbas, garantindo sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Fomento à criação de emprego e renda

- Priorizar políticas sociais que visam a diminuição da desigualdade social, focando na criação de empregos dignos e na geração de renda, objetivando o crescimento econômico da classe trabalhadora.

Capacitação de gestores e planejamento estratégico

- Investir na capacitação de gestores públicos e no planejamento estratégico para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e alinhadas com as necessidades da população, pensando no bem-estar coletivo.

Promoção de economia solidária e moeda municipal

- Explorar a criação de uma economia solidária apoiada por uma moeda municipal para incentivar o comércio local e fortalecer as comunidades, especialmente nas áreas periféricas.

3. Meio Ambiente

A proteção ambiental é um pilar fundamental do programa da Federação PSOL-REDE. A proposta inclui educação ambiental, fortalecimento da gestão pública de saneamento, combate ao desmatamento, incentivo à reciclagem e economia circular, além de políticas de fomento às energias renováveis e práticas sustentáveis, assegurando a preservação e recuperação ambiental.

Educação ambiental e conscientização

- Promover programas de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Reestruturação e fortalecimento do SAAE

- Revisar e reestruturar o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) para evitar a privatização e garantir a gestão pública eficiente do saneamento básico, com foco na eliminação do déficit de saneamento e garantia da universalização da água e coleta e tratamento de esgoto.

Combate ao desmatamento e incêndios

- Implementar políticas rígidas contra o desmatamento e incêndios, criando grupos de ação e reforçando os órgãos de proteção ambiental com especialistas na área.

Promoção do saneamento básico como saúde pública

- Priorizar investimentos em saneamento básico, reconhecendo sua importância para a saúde pública, e realizar uma auditoria independente no SAAE para melhorar sua eficiência e transparência.

Incentivo à reciclagem e economia circular

- Ampliar a coleta seletiva e reciclagem, estabelecendo centros de coleta que beneficiem catadores de materiais recicláveis, promovendo a economia solidária e sustentável.

Preservação de áreas naturais e recuperação ambiental

- Investir na preservação de matas, nascentes, e áreas de proteção ambiental, desenvolvendo turismo ecológico e estabelecendo um plano municipal de saneamento básico.

Fomento às energias renováveis e sustentabilidade

- Apoiar a transição para energias renováveis, fortalecendo políticas de sustentabilidade urbana e rural, e investindo em infraestrutura verde.

Reforma administrativa para proteção ambiental

- Dar enfoque técnico ao SAAE e outros órgãos ambientais, priorizando nomeações técnicas sobre indicações políticas, para garantir a proteção efetiva do meio ambiente.

Fiscalização e incentivos para práticas sustentáveis

- Aumentar o número de servidores para fiscalização ambiental, incentivando a adoção de práticas sustentáveis pela população e empresas.

Política habitacional e urbana sustentável

- Promover direcionamento de empreendimentos para áreas carentes em desenvolvimento econômico e social. Exigência de participação do investidor privado na infraestrutura urbana por meio de contrapartidas. Proteção integral das áreas verdes e dos corpos d'água, priorizando atividades de baixo impacto ambiental.

Plano diretor sustentável

- Revisar o plano diretor para alinhar o desenvolvimento urbano com a conservação ambiental, evitando a especulação imobiliária e protegendo áreas verdes e corpos d'água.

Projeto Água para Todos

- Garantir a execução de projetos voltados para o acesso universal à água potável, com especial atenção às comunidades periféricas e áreas rurais.

4. Pessoas com Deficiência

A inclusão das pessoas com deficiência é uma prioridade, com propostas que abrangem desde a promoção da conscientização sobre capacitismo até a contratação de profissionais especializados. O programa prevê o fortalecimento do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, melhoria da mobilidade urbana e acessibilidade, e desenvolvimento de programas de inclusão abrangentes em saúde, educação e emprego.

Promoção da inclusão e combate ao capacitismo

- Implementar políticas de inclusão em todos os setores públicos, focando na conscientização sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência (PCDs) e no combate ao capacitismo.

Investimento em profissionais especializados

- Contratar e promover a formação contínua de profissionais com larga experiência e especialização em atendimento e inclusão de pessoas com deficiência, utilizando métodos e abordagens de sucesso reconhecidos.

Fortalecimento do conselho municipal das pessoas com deficiência

- Reativar e fortalecer o conselho municipal das pessoas com deficiência, garantindo sua atuação efetiva e participação nas decisões políticas.

Programas de inclusão municipal

- Desenvolver programas de inclusão que abranjam educação, saúde, emprego e acessibilidade.

Melhoria da mobilidade urbana e acessibilidade

- Investir na acessibilidade das calçadas e transporte público, garantindo que os ambientes urbanos sejam totalmente acessíveis para pessoas com deficiência.

Educação inclusiva

- Promover a inclusão nas escolas através de professores e monitores especializados, garantindo o atendimento educacional adequado para estudantes com deficiência.

Apoio à saúde e terapias auxiliares

- Oferecer serviços de saúde e terapias auxiliares especializadas para pessoas com deficiência, incluindo o apoio aos familiares e responsáveis.

Transferência de renda e suporte material

- Proporcionar transferências de renda e suporte material, como fraldas, alimentação especial, e medicamentos, em parceria com os governos federal e estadual.

Espaços de convivência e centros de referência

- Criar espaços de convivência e centros de referência para pessoas com deficiência, facilitando a integração com a comunidade e o acesso a serviços públicos adaptados.

Reestruturação legal e política de diversidade

- Modificar legislações existentes para melhorar a inclusão e criar um sistema de diversidade com comitês e conselhos específicos focados na inclusão das pessoas com deficiência.

Pressão por serviços de saúde de qualidade

- Garantir a qualidade dos serviços públicos, com investimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a contratação de funcionários concursados. Fortalecer os direitos de usuários de planos de saúde

Cumprimento das legislações de garantia de direitos

- Assegurar o cumprimento integral das legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, criando políticas públicas eficazes de apoio e inclusão.

Capacitação de profissionais e adaptação de serviços

- Capacitar profissionais em educação, saúde, e outros setores para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, adaptando todos os serviços para garantir um atendimento pleno e digno.

5. Proteção e Defesa Animal

A Federação PSOL-REDE propõe políticas públicas efetivas para a proteção e defesa dos animais, incluindo a criação de um hospital veterinário público, campanhas de conscientização, programas de castração gratuita e adoção responsável, além do fortalecimento de parcerias com ONGs e a implementação de um plano municipal abrangente para a proteção animal.

Promoção de políticas públicas baseadas na excelência

- Contratar profissionais reconhecidos na área de direitos e saúde animal através de concursos públicos, garantindo a implementação de políticas públicas sérias e eficazes.

Fortalecimento da fiscalização e conscientização

- Realizar campanhas de conscientização sobre a responsabilidade no cuidado com os animais, investir em locais de acolhimento para animais resgatados, e promover campanhas de adoção e castração.

Criação de um órgão municipal especializado

- Apresentar projeto de lei com previsão de sanção administrativa para maus tratos e criar Secretaria de Proteção Animal

Hospital veterinário público

- Construir um hospital veterinário público para atendimento preventivo e emergencial dos animais, com parcerias possíveis com o setor privado para suporte financeiro e de recursos.

Educação anti-especista nas escolas

- Implementar programas educativos nas escolas que promovam a conscientização anti-especista, ensinando o respeito e cuidado com todas as formas de vida.

Espaços de castração gratuita e adoção

- Criar espaços permanentes para castração gratuita, adoção responsável e ampliação de canais de denúncias para maus-tratos, com aplicação efetiva de multas.

Plano Municipal de defesa animal

- Desenvolver um plano municipal abrangente que vá além de castração, incluindo políticas de longo prazo para a proteção animal e a implantação de serviços veterinários públicos.

Parcerias para resgate e cuidado de animais

- Estabelecer parcerias com ONGs, OSCs e indivíduos que realizam resgates de animais, inclusive silvestres, oferecendo suporte através de editais e investimento em centros de adoção públicos.

Programas de castração e vacinação

- Expandir programas de castração e vacinação para alcançar todos os bairros, incluindo a metodologia de capturar, esterilizar e devolver (CED), atrelada a uma política de educação ambiental, de adoção responsável e destinação às instituições.

Educação e fortalecimento de ONGs e Santuários

- Promover a educação sobre direitos dos animais em escolas e comunidades, além de mapear e fortalecer ONGs e Santuários com recursos, estrutura e eventos de adoção.

Ações de conscientização para proteção de animais silvestres

- Promover ações específicas de conscientização para a proteção de animais silvestres.

6. Enfrentamento ao Machismo e à Violência contra a Mulher

O programa aborda o enfrentamento ao machismo e à violência contra a mulher com um enfoque integrado e abrangente. Propostas incluem campanhas de conscientização, ampliação do atendimento especializado, criação de centros de acolhimento, capacitação de profissionais e parcerias com organizações sociais, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Conscientização e educação continuada

- Promover campanhas de conscientização sobre a história do patriarcado e os direitos das mulheres, com palestras e oficinas em escolas e na comunidade, enfatizando a importância do respeito e da igualdade de gênero.
- Promover palestras/rodas de conversa mensais, com diferentes profissionais, que levantem o tema em escola, comunidade, centro de referência da mulher.
- Promover palestras/rodas de conversa com homens processados em caso de violência da mulher, essa ação pode ser proposta ao MP para que eles encaminhem os autores como forma de aplicação da lei.

Fortalecimento dos espaços de poder feminino

- Nomear mulheres em posições de poder e decisão dentro da administração pública, garantindo a paridade de gênero nas secretarias municipais e em todos os níveis de gestão.

Ampliação e fortalecimento do atendimento especializado

- Expandir o Centro de Referência da Mulher e criar casas de acolhimento com endereço sigiloso para mulheres e seus filhos vítimas de violência.
- Descentralizar o atendimento para facilitar o acesso aos serviços.

- Oferecer serviços integrados de apoio psicológico, jurídico, e de saúde para mulheres vítimas de violência, além de assistência financeira para aquelas em situação de vulnerabilidade.

Parcerias com organizações e sociedade civil

- Estabelecer parcerias com ONGs, movimentos sociais e instituições educacionais para ampliar o alcance das políticas de enfrentamento ao machismo e violência contra a mulher
- Criar centros de referência da mulher, em locais estratégicos para o atendimento das mulheres, especialmente áreas rurais e periferias.

Capacitação de profissionais

- Capacitar profissionais dos setores de saúde, educação, segurança pública, e assistência social no atendimento especializado e humanizado às mulheres vítimas de violência.

Promoção de políticas de inclusão transversais

- Criar um sistema de diversidade com comitês e conselhos específicos, incluindo temas de gênero, para descentralizar a formulação de políticas públicas de inclusão

Implementação de medidas protetivas e ações judiciais eficazes

- Garantir a execução e fiscalização efetiva das medidas protetivas existentes através da otimização de projetos sobre o tema

Estrutura de apoio e acolhimento 24 horas

- Estabelecer um centro de atendimento 24 horas para mulheres vítimas de violência, incluindo delegacias especializadas e casas de acolhimento.

Educação para o respeito nas escolas

- Incluir nos currículos escolares programas educativos focados no respeito às mulheres, na igualdade de gênero, e no combate ao machismo.

Ações integradas de acolhimento

- Oferecer serviços integrados de apoio psicológico, jurídico, e de saúde para mulheres vítimas de violência, além de assistência financeira para aquelas em situação de vulnerabilidade.
- Implementar projetos que garantam informação, proteção, segurança e acolhimento em diversos espaços.

Parcerias com organizações e sociedade civil

- Estabelecer parcerias com ONGs, movimentos sociais e instituições educacionais para ampliar o alcance das políticas de enfrentamento ao machismo e violência contra a mulher.

Monitoramento e avaliação das políticas implementadas

- Realizar avaliações periódicas das políticas públicas de combate ao machismo e à violência contra a mulher, garantindo a eficácia e ajustando estratégias conforme necessário.

7. Segurança Alimentar

A segurança alimentar é tratada com seriedade no programa da Federação PSOL-REDE, que propõe parcerias com produtores regionais, desenvolvimento de hortas comunitárias, criação de restaurantes populares e cozinhas solidárias, e apoio à agricultura familiar e agroecologia. A meta é garantir acesso a alimentos frescos e saudáveis para toda a população.

Parcerias com produtores regionais

- Estabelecer parcerias com produtores regionais para promover a economia local e garantir o fornecimento de alimentos frescos e saudáveis para a população.

Programas de emprego e renda na área de alimentação

- Criar programas de absorção de mão de obra especializada em áreas como gastronomia, panificação e marcenaria, visando a geração de empregos e a criação de cozinhas comunitárias e padarias.

Investimento em agricultura familiar e agroecologia

- Apoiar a agricultura familiar e a agroecologia, criando escolas municipais de agroecologia e estabelecendo estoques municipais de alimentos para pessoas em insegurança alimentar.

Criação de restaurantes populares e cozinhas solidárias

- Implementar restaurantes populares e cozinhas solidárias que ofereçam refeições nutritivas a preços acessíveis, operando inclusive aos finais de semana.

Fortalecimento das feiras livres e incentivo ao comércio ambulante

- Ampliar e melhorar as feiras livres, facilitando a abertura de licenças para vendedores ambulantes como uma alternativa de renda para a população.

Desenvolvimento de hortas comunitárias

- Incentivar e apoiar a criação de hortas comunitárias em terras públicas, fornecendo mudas, instrução e suporte necessário para a produção local de alimentos.

Educação para a segurança alimentar

- Promover campanhas educativas sobre nutrição e segurança alimentar nas escolas e na comunidade, incluindo o trabalho com hortas escolares como parte do currículo educativo.

Apoio à produção local e cooperativas

- Estimular a criação e o fortalecimento de cooperativas locais e associações de moradores para a produção e distribuição de alimentos.

Programa municipal de segurança alimentar

- Implementar um programa municipal de segurança alimentar que ofereça alimentação complementar, além de cestas básicas, e regularmente a distribuição de alimentos próprios para consumo.

Restaurantes populares e acesso a alimentos a preços acessíveis

- Fortalecer e expandir a rede de restaurantes populares e criar programas municipais de coleta de alimentos impróprios para comercialização, mas seguros para consumo.

Incentivos para agricultura urbana e hortas comunitárias

- Fomentar a agricultura urbana e as hortas comunitárias como meios de garantir o acesso a alimentos frescos e de qualidade, fornecendo suporte técnico e material.

Estratégias integradas de distribuição de alimentos

- Organizar serviços que funcionem com base em modelos de sucesso, como as Cozinhas Solidárias, e investir na criação e manutenção de hortas comunitárias em terrenos públicos, promovendo a autonomia alimentar da população.

8. Segurança Pública

A segurança pública é abordada com uma visão humanizada e comunitária, promovendo a desmilitarização e focando em políticas de prevenção à violência. O programa propõe policiamento comunitário, fortalecimento das políticas socioassistenciais, investimento em infraestrutura e tecnologia, e capacitação contínua dos profissionais de segurança.

Diálogo com profissionais e desmilitarização

- Promover a desmilitarização da segurança pública municipal, substituindo o paradigma repressivo por um modelo de policiamento comunitário, com profissionais treinados em direitos humanos e criminologia.

Políticas públicas integradas de educação e emprego

- Desenvolver políticas públicas que integrem educação, emprego, cultura, arte, e lazer como estratégias de prevenção à violência, reconhecendo a segurança como um resultado da justiça social.

Segurança comunitária

- Estabelecer a segurança pública comunitária, garantindo a rápida resposta às solicitações de periferias e zonas rurais, e envolver a comunidade nas decisões de segurança

Ouvidoria da Guarda Municipal e capacitação

- Criar uma ouvidoria externa para a guarda municipal, com ouvidores eleitos, e fornecer curso de criminologia aos aprovados.

Investimento em infraestrutura e tecnologia

- Investir em câmeras de segurança, iluminação pública, e bases comunitárias de segurança, priorizando áreas com maior carência de serviços públicos.
- Promover a desmilitarização e reintegração da Guarda Municipal a atividades comunitárias, junto de plano de treinamento e reequipamento das forças.

Educação e cultura da paz

- Implementar programas educativos nas escolas e comunidades sobre temas como paz, respeito, racismo e preconceito.

Fortalecimento das políticas socioassistenciais

- Ampliar o acesso a políticas de educação, trabalho e renda, e lazer, como meios de prevenir a violência e promover a segurança.

Modelo de policiamento comunitário

- Adotar um modelo de segurança pública que seja inclusivo, com foco na prevenção e no policiamento comunitário, envolvendo os cidadãos na promoção da segurança.
- Promover fortalecimento da “vizinhança segura”, onde o poder público atua junto com os residentes para prevenção e monitoramento dos bairros.

Capacitação contínua e uso de tecnologia

- Propor a capacitação permanente dos profissionais de segurança, incluindo o uso de câmeras corporais, para aumentar a transparência e a eficiência das operações.

Desmilitarização e investimento em alternativas à violência

- Incentivar a desmilitarização e explorar alternativas ao enfrentamento tradicional da violência, considerando a redução da desigualdade social como uma forma de investimento em segurança pública.

Aproximação com a comunidade e reinserção social

- Estimular a aproximação dos agentes de segurança com as comunidades através de ações integradas que promovam a reinserção social e o bem-estar coletivo.

9. Combate ao Racismo

O combate ao racismo é um compromisso central da Federação PSOL-REDE, que propõe a integração da educação antirracista no currículo escolar, fortalecimento de políticas públicas inclusivas, criação de centros de estudo da cultura de resistência, e campanhas de conscientização e denúncia, promovendo a igualdade racial e a inclusão da comunidade negra.

Educação antirracista e ações afirmativas

- Integrar a educação antirracista no currículo escolar, abordando a história da África, do colonialismo ao decolonialismo, e a história e cultura afro-brasileira, cumprindo efetivamente a lei 10.639

Fortalecimento de políticas públicas inclusivas

- Desenvolver políticas públicas que promovam emprego, educação e cultura, focadas em ações afirmativas e na valorização dos profissionais idosos e de meia idade da comunidade negra.

Criação de centros de estudo da cultura de resistência

- Estabelecer centros dedicados ao estudo e à promoção da cultura de resistência afro-brasileira, indígena e de quilombos, fortalecendo os movimentos sociais e a memória histórica.

Incentivo à participação da comunidade negra no serviço público

- Manter e ampliar cotas raciais para o acesso ao serviço público e em cursos, garantindo a paridade de raça nas secretarias municipais em todos os níveis de gestão.

Campanhas de conscientização e denúncia

- Realizar campanhas de conscientização sobre o racismo e canais de comunicação amplamente divulgados para denúncias de casos de racismo.

Investimento em cultura e arte

- Apoiar iniciativas culturais e artísticas que promovam a cultura afro-brasileira e a conscientização sobre os danos causados pelo racismo.
- Ampliar o trabalho de iniciativas que visam a criar redes de apoio com profissionais contratados pelo poder público para atuação nos territórios.

Sistema de diversidade com comitês específicos

- Estabelecer um sistema de diversidade com comitês e conselhos específicos por tema, incluindo questões étnico-raciais, para descentralizar a formulação de políticas públicas de inclusão.

Conferência municipal de combate ao racismo

- Organizar conferências municipais sobre o combate ao racismo para discutir e propor novas políticas públicas antirracistas.

Promoção da igualdade racial e combate ao racismo

- Criar e aplicar um plano municipal de combate ao racismo, garantindo educação antirracista e apoiando ações voltadas para a população negra da cidade, incluindo ciclos educativos nas escolas.

Capacitação e sensibilização

- Capacitar e sensibilizar profissionais de todas as áreas, especialmente educação e segurança, sobre a importância do combate ao racismo, promovendo a inclusão e a igualdade racial.

10. Transporte Público

A melhoria do transporte público é uma prioridade, com propostas para garantir um sistema acessível, transparente e sustentável. O programa prevê a municipalização do transporte, implementação de tarifas reduzidas ou gratuitas, expansão das linhas e horários de serviço, e investimentos em tecnologias limpas e infraestrutura moderna.

Melhoria e aumento da oferta de serviço

- Propor a melhoria do serviço de transporte e o aumento do número de viagens diárias, incluindo conexões entre áreas rurais e o centro urbano.

Sustentabilidade e redução da poluição

- Investir em transporte público que minimize o impacto ambiental, promovendo o uso de combustíveis limpos e tecnologias sustentáveis.

Subsídio público e tarifa reduzida

- Avaliar modelos de subsídio público para reduzir o custo do transporte para os cidadãos, incluindo a implementação de tarifa zero ou tarifas acessíveis.

Municipalização do transporte público

- Considerar a municipalização do transporte público para melhor controle, qualidade do serviço e implementação de tarifa zero.

Transporte público gratuito e parcerias

- Explorar a viabilidade do transporte público gratuito, financiado por parcerias com o setor privado e recursos de marketing e streaming nos veículos de transporte.

Expansão e acessibilidade

- Ampliar as linhas de transporte e garantir a acessibilidade universal, incluindo a integração entre diferentes modais de transporte.

Educação e cultura no transporte

- Incluir nos veículos de transporte e estações materiais educativos e culturais que promovam a conscientização social e cultural.

Infraestrutura e tecnologia

- Modernizar a infraestrutura dos pontos de parada e veículos, e utilizar tecnologia para informar horários e itinerários em tempo real.

Participação comunitária na gestão do transporte

- Criar canais de diálogo com a população para coletar sugestões e melhorias no sistema de transporte, incluindo a formação de um conselho consultivo de usuários.

Fomento ao transporte alternativo

- Incentivar o uso de bicicletas e caronas solidárias como alternativas sustentáveis ao transporte individual motorizado.

Segurança e conforto

- Assegurar que o transporte público seja seguro e confortável para todos os usuários, com veículos bem mantidos e espaços adequados para todos.

Capacitação dos profissionais do transporte

- Promover a capacitação contínua dos profissionais do setor de transporte, focando em atendimento ao usuário, segurança e eficiência operacional.

11. Política de Drogas

A política de drogas do programa trata o uso de substâncias como uma questão de saúde pública, priorizando a conscientização, prevenção e tratamento. Propostas incluem programas de redução de danos, ampliação dos serviços de saúde mental, e desenvolvimento de campanhas educativas, promovendo uma abordagem humanizada e inclusiva.

Abordagem de saúde pública

- Tratar o uso de drogas como uma questão de saúde pública, promovendo conscientização, prevenção e tratamento, em vez de uma abordagem exclusivamente penal ou de segurança.

Educação e conscientização

- Implementar programas educacionais em escolas e comunidades, fornecendo informações sérias sobre os malefícios dos entorpecentes e a importância da prevenção, abordando também os contextos sociais, históricos e políticos relacionados ao uso de drogas.

Tratamento e apoio

- Ampliar o acesso a tratamentos psicológicos e psiquiátricos para usuários de drogas, apoiando o indivíduo de maneira integral e promovendo programas de reinserção social para egressos do sistema carcerário.

Redução de danos

- Adotar políticas de redução de danos, oferecendo programas que minimizem os riscos associados ao uso de drogas e a distribuição de materiais de prevenção.

Programas de sensibilização

- Desenvolver campanhas e programas de sensibilização sobre os efeitos e riscos do uso de drogas, destacando a importância da escolha informada e da prevenção do uso abusivo.

Conselho municipal de redução de danos

- Fortalecer o conselho municipal dedicado à redução de danos e ao anti-proibicionismo, responsável por pesquisas, levantamentos de dados e orientações ao poder público sobre a melhor abordagem para o tema das drogas.

Ampliação dos serviços de saúde mental

- Expandir e melhorar equipamentos públicos de saúde mental, incluindo o CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), para oferecer atendimento especializado e acessível.

Diálogo aberto e participação comunitária

- Promover o diálogo aberto e a participação comunitária nas discussões sobre a política de drogas, envolvendo usuários, familiares, profissionais de saúde e a sociedade civil na busca por soluções eficazes e humanizadas.

Capacitação de profissionais

- Capacitar profissionais de saúde, educação e segurança na abordagem antiproibicionista e na redução de danos, visando um atendimento mais eficaz e empático.

12. Educação

A educação é vista como um direito universal e um instrumento de transformação social. O programa propõe escolas de tempo integral, valorização dos profissionais da educação, currículos flexíveis e inclusivos, combate à evasão escolar, e investimento em educação especial e inclusiva, assegurando uma formação completa e de qualidade para todos os estudantes.

Ampliação de espaços culturais e acesso ao conhecimento

- Promover a ampliação de espaços culturais e garantir acesso a uma ampla gama de conhecimentos, respeitando a diversidade e promovendo a inclusão.

Escolas de tempo integral e alimentação saudável

- Implementar o modelo de escolas de tempo integral, oferecendo alimentação fornecida pela agricultura familiar, e adotando métodos pedagógicos que permitam ao estudante construir o conhecimento de forma ativa.

Educação como direito e valorização dos profissionais

- Garantir educação de qualidade como um direito universal, direcionando verbas para a contratação e formação de professores, psicólogos, assistentes sociais, e outros profissionais essenciais para o ambiente educacional.

Infraestrutura escolar e creches

- Investir na infraestrutura das escolas e na ampliação das creches para atender a demanda existente, com especial atenção à qualidade dos espaços e à valorização dos profissionais da educação.
- Garantir atendimento nas creches municipais, inclusive aos finais de semana, em casos que os trabalhadores e trabalhadoras precisem deste serviço.

Currículo flexível e inclusivo

- Desenvolver currículos que sejam flexíveis e inclusivos, incorporando educação socioemocional, ensino profissionalizante, e matérias como filosofia e sociologia, além de atividades extracurriculares relevantes.

Ensino integral com atividades diversificadas

- Oferecer ensino integral que inclua atividades práticas, de lazer, arte, esporte, além de alimentação de qualidade, atendendo às necessidades das crianças e jovens durante todo o dia.

Capacitação e valorização dos educadores

- Propor programas de capacitação contínua e valorização dos educadores, melhorando salários e condições de trabalho, e fornecendo ferramentas pedagógicas modernas e eficazes.

Participação comunitária na educação

- Estimular a participação da comunidade no processo educativo, fortalecendo a relação entre escolas, famílias e sociedade, para criar um ambiente educacional mais integrado e responsivo às necessidades locais.

Investimento em educação especial e inclusiva

- Ampliar o investimento em educação especial e inclusiva, garantindo recursos e suporte adequados para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Educação para a emancipação

- Adotar uma abordagem emancipatória na educação, inspirada por educadores comprometidos em romper ciclos de reprodução de ideologias dominantes, e promover a educação crítica e reflexiva.

Combate à evasão escolar

- Desenvolver estratégias eficazes para combater a evasão escolar, incluindo programas de acompanhamento individualizado, suporte socioemocional, e atividades que estimulem o interesse e a permanência dos estudantes na escola.

Avaliação contínua das políticas educacionais

- Implementar sistemas de avaliação contínua das políticas educacionais, para garantir a eficácia, a relevância e a atualização constante das estratégias de ensino.

13. Saúde

O fortalecimento dos serviços públicos de saúde é um pilar essencial do programa, com propostas para ampliar o acesso à saúde especializada, reforçar a Política de Saúde da Família, contratar mais profissionais de saúde, investir em infraestrutura e garantir a distribuição de medicamentos de alto custo, visando um atendimento integral e de qualidade.

Ampliação do acesso à saúde especializada

- Aumentar a oferta de profissionais especialistas para proporcionar tratamento nas mais variadas especialidades dentro do município, reduzindo a necessidade de deslocamentos para outras regiões.

Fortalecimento da política de saúde da família

- Reforçar e expandir a Política de Saúde da Família, garantindo atendimento integral e próximo à comunidade, com equipes multidisciplinares atuantes.

Participação popular e fortalecimento da Ouvidoria

- Ampliar os espaços de participação popular nas políticas de saúde e dar status prioritário à Ouvidoria, para que a comunidade possa contribuir efetivamente na melhoria dos serviços.

Contratação e valorização de profissionais de saúde

- Direcionar verbas para a contratação de mais profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, e outros, e garantir condições adequadas de trabalho e valorização.

Investimento em infraestrutura de saúde

- Investir na construção e melhoria de UPAs, hospitais, e unidades de saúde, garantindo infraestrutura adequada para o atendimento à população.

Farmácia pública de alto custo

- Implementar a distribuição domiciliar de medicamentos de alto custo, garantindo que os pacientes tenham acesso aos tratamentos necessários.

Hospital universitário e parcerias

- Articular parcerias com instituições de ensino para a criação de um hospital universitário que funcione como centro de excelência em ciências médicas e formação de profissionais.

Fiscalização de contratos e serviços

- Realizar uma fiscalização rigorosa dos contratos firmados com organizações do terceiro setor e fornecedores, assegurando a qualidade e eficiência dos serviços de saúde.

Programas de prevenção e tratamento baseados em evidências

- Priorizar políticas de prevenção e tratamentos que sejam baseados em evidências científicas, promovendo a saúde e bem-estar das pessoas.

Escolas de tempo integral e educação para a saúde

- Implementar escolas de tempo integral que ofereçam educação voltada para a saúde, incluindo alimentação saudável fornecida pela agricultura familiar e programas de educação física.

Aumento de dispensação de medicamentos

- Ampliar a oferta de medicamentos na farmácia popular e de alto custo, além de reduzir a burocracia para a realização de consultas e exames.
- Viabilizar a entrega domiciliar dos medicamentos aos munícipes, principalmente os com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência, gestantes, crianças na primeira infância e idosos.

Capacitação e ampliação das equipes de saúde

- Ampliar as equipes de saúde, incluindo programas de saúde da família e atenção domiciliar, e investir na capacitação dos profissionais para melhor atender às necessidades da população.

Acesso à informação e direitos

- Garantia de acesso à informação e direitos através de cartilhas, cartazes e formação continuada de profissionais da saúde.

Fortalecimento do SUS e da Atenção Primária

- Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e a atenção primária à saúde, garantindo atendimento básico eficiente e acessível nos bairros periféricos.

14. Direitos LGBTQIAPN+

A defesa dos direitos LGBTQIAPN+ é central no programa, que propõe a criação de centros de referência, políticas de inclusão no mercado de trabalho, promoção de eventos de visibilidade, capacitação de profissionais e implementação de programas educativos, assegurando respeito, igualdade e proteção para toda a comunidade LGBTQIAPN+.

Conscientização e educação

- Implementar programas de educação e conscientização nas escolas e na comunidade, abordando temas de diversidade, respeito, e história LGBTQIAPN+, visando desfazer mitos e combater preconceitos.

Paradas do orgulho e eventos de visibilidade

- Apoiar e promover eventos como paradas do orgulho LGBTQIAPN+, dando protagonismo a esta comunidade e fortalecendo sua presença no espaço público.
- Desenvolver campanhas conciliatórias que busquem o entendimento entre diferentes gerações, destacando a importância da igualdade e do respeito mútuo.

Inclusão no mercado de trabalho

- Incentivar a contratação de pessoas trans e de toda a comunidade LGBTQIAPN+ tanto no setor público quanto no privado, incluindo a previsão de reservas de vagas em concursos públicos.

Centro de referência LGBTQIAPN+

- Criar centros de referência para oferecer suporte, atendimento especializado, e articulação de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, incluindo ambulatórios para a população trans.

Políticas de saúde inclusivas

- Desenvolver políticas de saúde que atendam às especificidades da comunidade LGBTQIAPN+, com profissionais capacitados e serviços de acolhimento institucional.

Criação de sistemas de diversidade

- Estabelecer sistemas de diversidade com comitês e conselhos específicos, promovendo a inclusão transversal em todas as dimensões da administração municipal.

Promoção da cultura e história LGBTQIAPN+

- Incentivar a expressão cultural LGBTQIAPN+ por meio de trabalhos artísticos, exposições, e a formação de uma cultura popular inclusiva.

Serviços de acolhimento e suporte

- Oferecer serviços de acolhimento e suporte para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, incluindo abrigos e acompanhamento psicossocial.

Formação e capacitação de profissionais

- Capacitar profissionais das áreas de educação, saúde, segurança, e serviços públicos em geral para um atendimento respeitoso e inclusivo à população LGBTQIAPN+.

Participação ativa da comunidade LGBTQIAPN+

- Incentivar e facilitar a participação ativa da comunidade LGBTQIAPN+ na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que lhes afetam diretamente.

Conselho Municipal LGBTQIAPN+

- Criar o Conselho Municipal de Políticas LGBTQIAPN+ e seu respectivo fundo para financiar projetos, programas e políticas públicas que promovam a igualdade e combate à discriminação.

15. Religião

O respeito à diversidade religiosa é promovido através de programas educativos, campanhas contra o fundamentalismo e o discurso de ódio, incentivo a espaços religiosos de diversas matrizes, e diálogo inter-religioso. O programa busca garantir a liberdade religiosa e combater a intolerância, promovendo o entendimento e a convivência pacífica.

Conscientização e educação sobre diversidade religiosa

- Implementar programas de educação nas escolas e na comunidade que promovam o respeito à diversidade religiosa, abordando a história das religiões e a importância do combate à intolerância religiosa.

Combate ao fundamentalismo e ao discurso de ódio

- Desenvolver campanhas de conscientização contra o fundamentalismo religioso e o discurso de ódio, promovendo o diálogo e o respeito mútuo entre diferentes crenças.

Incentivo aos espaços religiosos de diversas matrizes

- Apoiar e incentivar espaços religiosos de matriz africana, muçulmana, indígena, judaica, cristã e outras, promovendo uma semana de conscientização sobre a diversidade religiosa.

Diálogo inter-religioso

- Estimular o diálogo entre líderes e comunidades de diferentes tradições religiosas, para promover o entendimento mútuo e o respeito às diferenças.

Legislação antidiscriminatória e proteção aos locais de culto

- Criar e reforçar legislação antidiscriminatória que proteja os locais de culto e prática religiosa, incluindo medidas contra a violência e o vandalismo.

Políticas públicas transversais

- Integrar a questão da diversidade religiosa nas demais políticas públicas, como educação, saúde, segurança e trabalho, desmistificando preconceitos e promovendo o respeito.

Ações de conscientização sobre a pluralidade religiosa

- Realizar ações de conscientização sobre a pluralidade religiosa, combatendo a intolerância e promovendo atividades socioeducativas.

Inclusão de temas de respeito à diversidade no currículo escolar

- Incluir temas relacionados ao respeito à diversidade religiosa no currículo escolar obrigatório, educando as futuras gerações sobre a importância da tolerância e respeito.

Revisão do calendário religioso municipal

- Revisar o calendário religioso do município para estimular o reconhecimento e a celebração de datas importantes de diferentes religiões, promovendo a reflexão inter-religiosa.

Eventos inter-religiosos abertos ao público

- Organizar eventos inter-religiosos abertos ao público, respeitando as particularidades de cada prática e promovendo o conhecimento mútuo e o respeito entre as diferentes crenças.

16. Turismo

O desenvolvimento do turismo é visto como uma oportunidade para valorizar as belezas naturais e a cultura local. Propostas incluem o fomento ao turismo rural e ecológico, criação de espaços de visitação, incentivo ao turismo de aventura e esportivo, e capacitação profissional, visando um crescimento sustentável e integrado com a comunidade local.

Valorização do “charme” da cidade do Interior

- Fomentar o turismo que valorize as belezas naturais, a cultura local e o charme da cidade do interior, mantendo a autenticidade e preservando a identidade cultural.

Investimento no turismo rural e ecológico

- Investir no turismo rural e ecológico, promovendo práticas sustentáveis, preservação do meio ambiente e destacando as áreas naturais, fazendas e agroecoturismo.

Criação de espaços de visitação e calendário turístico

- Desenvolver espaços de visitação com infraestrutura adequada e criar um calendário turístico diversificado que inclua festivais, eventos culturais, e atividades ao ar livre.

Empresa pública de turismo e conselho de turismo

- Propor a criação de uma empresa pública de turismo e o fortalecimento do conselho de turismo, garantindo a participação popular e a gestão democrática do turismo local.

Desenvolvimento do turismo de aventura e esportivo

- Fomentar o turismo de aventura e esportivo, como voo livre, trilhas, ciclismo e náutico, aproveitando o potencial natural da região para atividades ao ar livre.

Capacitação profissional e banco de empregos

- Oferecer cursos de formação na área de turismo para a população local e criar um banco de empregos em parceria com a iniciativa privada para fomentar o emprego no setor turístico.

Controle da verticalização e preservação do meio ambiente

- Implementar políticas para controlar a verticalização e o crescimento imobiliário desordenado, preservando as áreas verdes e o meio ambiente.

Incentivos fiscais e apoio ao empreendedorismo local

- Propor incentivos fiscais para empresas de turismo e apoiar o empreendedorismo local, especialmente aqueles negócios que respeitem diretrizes de sustentabilidade.

Turismo cultural e artístico

- Estimular o turismo cultural e artístico, valorizando artistas locais, artesanato, gastronomia típica e a história da região.

Infraestrutura e serviços de qualidade

- Garantir infraestrutura e serviços de qualidade nos pontos turísticos, incluindo acessibilidade, segurança, limpeza, e informações turísticas.

Turismo sustentável e autoguiado

- Promover o turismo sustentável e desenvolver ferramentas de turismo autoguiado, permitindo aos visitantes explorar a cidade de forma independente e consciente.

Diálogo com a comunidade e planejamento participativo

- Engajar a comunidade local no planejamento e desenvolvimento do turismo, assegurando que as atividades turísticas beneficiem a população e contribuam para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

17. Cultura

A promoção da cultura é uma prioridade, com políticas para valorizar a diversidade cultural, fomentar a produção cultural independente, criar espaços culturais acessíveis, apoiar culturas marginalizadas e integrar a educação cultural nas escolas. O programa reconhece a cultura como vetor de desenvolvimento econômico e social, incentivando a criatividade e a inclusão.

Valorização da cultura local e diversidade cultural

- Promover a valorização da cultura local e da diversidade cultural, reconhecendo e apoiando as diferentes expressões culturais presentes na cidade, desde as manifestações tradicionais até as contemporâneas.

Fomento à produção cultural independente

- Implementar políticas de fomento à produção cultural independente, oferecendo incentivos financeiros, como editais, prêmios e bolsas de criação para artistas e produtores culturais locais.

Criação de espaços culturais e centros de arte

- Investir na criação e manutenção de espaços culturais, como centros de arte, galerias, teatros e casas de cultura, garantindo acessibilidade e infraestrutura para a realização de eventos culturais e exposições.

Programação cultural inclusiva e acessível

- Desenvolver uma programação cultural inclusiva e acessível, garantindo eventos gratuitos ou a preços populares, para que toda a população tenha acesso às atividades culturais.

Apoio às culturas marginalizadas

- Dar especial atenção às culturas marginalizadas e minorizadas, promovendo políticas que visem à igualdade de oportunidades no acesso à produção e fruição cultural, inclusive para as comunidades indígenas, afro-brasileiras, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

Educação cultural nas escolas

- Integrar a educação cultural nas escolas, incentivando a formação de público desde a infância e fomentando o desenvolvimento artístico e criativo dos estudantes através de oficinas, cursos e projetos educacionais.

Fortalecimento dos conselhos culturais

- Fortalecer os conselhos culturais, garantindo a participação democrática da comunidade na formulação, execução e avaliação das políticas culturais, assegurando a transparência e a gestão participativa.

Salvaguarda do patrimônio histórico e cultural

- Investir na preservação e na salvaguarda do patrimônio histórico e cultural, promovendo a restauração de espaços históricos e a realização de programas de educação patrimonial.

Incentivo no turismo cultural

- Desenvolver o turismo cultural como estratégia de valorização da cultura local e geração de renda, criando roteiros que integrem as diversas manifestações culturais da cidade.

Cultura como vetor de desenvolvimento econômico

- Reconhecer a cultura como vetor de desenvolvimento econômico e social, incentivando a criação de empregos e a geração de renda através das atividades culturais.

Parcerias para o desenvolvimento cultural

- Estabelecer parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor para o desenvolvimento de projetos culturais que beneficiem a comunidade.

Acessibilidade e inclusão

- Garantir que todos os espaços e eventos culturais sejam acessíveis e inclusivos, promovendo a diversidade e o respeito a todos os públicos.